

**12.junho.2013 – 9h00**

**RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA**

**Entidade:** **APM – Associação de Professores de Matemática**  
Professores Lurdes Figueiral (Presidente), Jaime Carvalho e Silva, Teresa Santos, Ana Vieira Lopes e Hélia Jacinto (membros da direção).

**Recebido por:** Deputados do Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário: Maria José Castelo Branco (PSD), Isidro Araújo (PSD), Acácio Pinto (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Luís Fazenda (BE). Esteve também presente na audiência a deputada Odete João (PS).

**Assunto:** Medidas do Ministério em relação ao ensino da Matemática, nomeadamente a revogação do programa do ensino básico.

**Exposição:** Os representantes da APM transmitiram as seguintes preocupações:

1. As metas curriculares foram dadas a conhecer em junho de 2012, aprovadas em agosto desse ano e não tiveram participação dos autores do programa que se encontra em vigor;
2. Prevê-se que o “novo programa” seja homologado em 17/6 e aplicado no início do próximo ano letivo, em setembro de 2013;
3. A equipa que o elaborou não tem nenhum elemento da área do ensino da Matemática;
4. A equipa de 2007 era pluridisciplinar, com participação de professores dos vários ciclos e o respetivo programa foi amplamente divulgado e teve um grande investimento dos professores;
5. Entendem que agora as metas têm um conteúdo que consideram pernicioso e atabalhoado;
6. O regime dos manuais escolares, de 2006, prevê uma vigência dos mesmos, em regra, de 6 anos, a menos que haja uma grande evolução dos conteúdos. Por outro lado, dá garantia de continuidade e divulgação até 20 meses antes da entrada em vigor;
7. Agora o período de vigência dos manuais foi reduzido para 3 anos;
8. O [Despacho n.º 95-A/2013](#), “cria e regulamenta um procedimento excecional adaptado de avaliação e certificação dos manuais escolares já adotados e em utilização e procede à atualização do calendário de adoção de manuais escolares para o ano letivo de 2013/2014”, incluindo para a disciplina de Matemática;
9. As editoras estão a rever os manuais e está a ser elaborada a certificação, para os mesmos estarem prontos no início do novo ano letivo, considerando toda a tramitação muito acelerada;
10. Não há semelhança entre a nova proposta e o regime em vigor, tendo indicado, a título exemplificativo, que não há aplicação de cálculo matemático, se afasta a calculadora e as estimativas desapareceram do programa;

11. Pensam que se está a utilizar o modelo de 1970, que foi afastado e referiram que a proposta de programa não está baseada em estudos internacionais recentes, propondo a sua suspensão;
12. Defenderam que tem havido melhoria dos resultados dos alunos, que os estudantes de 15 anos devem envolver-se na resolução de problemas e utilizar modelos de situações complexas, o que é referido pela OCDE e implementado nos testes PISA;
13. Entenderam que o novo programa está em confronto com estas medidas e realçaram a ligação entre as equipas e a melhoria dos resultados, associando programas e investimento dos professores;
14. Salientaram que em setembro vais haver um novo programa, sem que tenha havido formação alargada de professores e realçaram que não está a verificar-se uma formação alargada em relação às novas metas, nomeadamente quanto ao 1.º e 2.º ciclo, realçando ainda que o novo programa não faz parte da formação de base dos respetivos professores;
15. Referiram que em 2007 houve turmas-piloto e só depois se fez a generalização;
16. Indicaram que desde 2001 há um trabalho desenvolvido e realçaram que a Matemática gera o desagrado dos alunos, mas isso tem vindo a melhorar e manifestaram receio de que a passagem para uma via abstrata sem contextualização gere nova aversão dos alunos, com efeitos nos respetivos resultados.

Interveio, de seguida, a deputada Odete João (PS), referindo que a adoção de novos manuais implica mais aquisições, penalizando as famílias. Defendeu, ainda, que as alterações em educação são lentas e exigem um trabalho de preparação participado e avaliado, como aconteceu com o anterior programa: testado em mais de 600 escolas. Discorda que não tenha havido qualquer experimentação para implementar o novo programa. Referiu que o PS está muito apreensivo em relação a este processo e afirmou que o novo programa significa voltar a uma escola que não se quer. Salientou que o caminho que estava a ser feito de uma escola para todos e de qualidade, conforme demonstram as avaliações independentes e internacionais, é posto em causa pelas políticas atuais, que negam estas evidências.

O deputado Isidro Araújo (PSD) manifestou preocupação pela não participação ou não auscultação da Associação de Professores de Matemática na elaboração dos programas.

O deputado Luís Fazenda (BE) referiu que o Ministro da Educação e Ciência reduziu o problema a uma polémica de calculadora, quando é muito mais do que isso. Salientou que não houve balanço do programa anterior e que a medida atual é ilegal e configura uma cruzada pessoal do Ministro, precipitada por este. Salientou que estão já a ser feitos manuais para este novo programa, ainda não aprovado, entendendo que esta atuação é passível de ações nos tribunais. Informou que o BE vai tentar ações para travar este novo programa, referindo que há uma ação precipitada e errática do Ministério.

A deputada Rita Rato (PCP) referiu que o processo é inaceitável e que o PCP apresentou sobre a matéria o [Projeto de Resolução n.º 749/XII \(2ª\)](#), que seria discutido na reunião da Comissão desse dia e votado no Plenário no dia 14 de junho. Realçou a forma inaceitável e ilegal do processo, salientou que o Ministro da Educação e Ciência assumiu um papel de soberanceria em relação ao problema e ridicularizou-o e, por último, defendeu que isto representa um retrocesso para a escola pública.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) realçou que os Grupos Parlamentares têm essencialmente uma intervenção política. Salientou, depois, que a Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM) concordou com o novo programa e que a equipa que o preparou é multidisciplinar, indicando algumas das suas valências. De seguida, questionou se com o novo programa os alunos ainda podem utilizar os livros e cadernos anteriores. Por fim, defendeu que a formação de professores tem de ser adequada.

Os representantes da APM, em resposta, referiram que não querem divergir da SPA, embora entendam que o respetivo parecer não a dignifica. Salientaram que os professores estão atónitos, porque não conhecem as metas e não se sabe aonde elas foram experimentadas e a equipa não tem pessoas da área da educação da Matemática e nenhum membro tem artigos científicos publicados. Referiram que com o novo programa o professor perde autonomia. Defenderam que querem saber o que resultou da avaliação da experimentação anteriormente feita. Salientaram que as metas têm muitas indicações metodológicas e defenderam que os alunos devem fazer Matemática com agrado.

Realçaram que os manuais escolares já foram refeitos e houve formação, antes do programa ser aprovado e que vai haver alunos com novos manuais e outros com os antigos. Indicaram que os cadernos de apoio são mais para os professores e referiram que mesmo que os novos manuais estejam prontos até ao início do ano letivo, vai haver muita confusão.

Informaram ainda que a revisão dos programas em Singapura é feita de 5 em 5 anos, com calma e muito debate. Defenderam que o programa atual é extenso e não vai melhorar. Destacaram, por último, que os alunos do 5.º ano vão entrar na 3.ª reforma, referindo que há muito pouca estabilidade.

A documentação remetida pela Associação está disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2013

**A assessora da Comissão**  
*Teresa Fernandes*